



O TEMPO INTEGRAL E A PROPOSTA DE FORMAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NA AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES E EGRESSOS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO

José Marcondes Alves da Silva¹

RESUMO

Este trabalho é um recorte da pesquisa realizada na Iniciação Científica da FACEPE durante o período de 2019 a 2020, abordando, a proposta da educação em tempo integral. A formação em tempo integral da criança e do adolescente é um compromisso que envolve a escola, a família e a comunidade e para isso necessita de um novo arranjo educativo interligado com o território na oferta de atividades que envolvam diversas áreas do saber, e do desenvolvimento humano e social, que ampliem tempos e espaços de aprendizagem. Logo, em tais escolas as crianças e adolescentes não apenas dedicam-se as atividades curriculares básicas, mas, a atividades extras como natação, balé, xadrez. Ou seja, a partir desse momento as escolas ficaram melhor estruturadas e os professores mais capacitados para receber os alunos integralmente.

Palavras-chave: Educação Integral, Escola, Recife.

INTRODUÇÃO

O tempo integral já vinha sendo definido na legislação desde os Planos Nacionais de Educação (2001-2011) e (2014-2024), bem como na proposição de Programas de Governo vinculados ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), tais como o Programa Mais Educação e o Programa Ensino Médio Inovador, como uma jornada diária de 7 horas. A jornada de 4 horas diárias, predominante na Educação Básica como um todo, corresponde a um tempo denominado, a partir dessa nova legislação brasileira, como tempo parcial.

De acordo com Silva (2018), a ênfase na implementação do tempo integral envolve a perspectiva da proteção integral prevista na meta 6.1 do PNE (BRASIL, 2014). Apesar de uma maior ênfase na implementação de escolas de tempo integral, de acordo com a autora permanecem escolas de tempo parcial, na perspectiva de existência de trilhas de progressão diferenciadas. Muitas vezes, inclusive, em uma mesma escola.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Física da Universidade Federal de Pernambuco – Campus Agreste – UFPE/CAA, marcondessilva120@gmail.com;



De acordo com Silva e Silva (2016), a Rede Estadual de Pernambuco é a que tem maior número de matrículas no Ensino Médio em Tempo Integral. Através do Programa de Educação Integral o Estado começou a implantar o Ensino Médio Integral (40 horas semanais) e Semi-Integral (32 horas semanais), ampliando a sua oferta com a posterior adesão ao Programa Ensino Médio Inovador do Governo Federal.

De acordo com Tartuce et al (2018), a experiência de Pernambuco serviu de modelo para as Redes Estaduais de São Paulo e do Ceará, bem como referência nacional para as formulações em torno da reforma do Ensino Médio, sobretudo no que diz respeito à implantação do tempo integral. Dessa forma, é importante entender a realidade pernambucana no que se refere à educação em tempo integral no ensino médio, observando a perspectiva dos estudantes acerca dessa proposta que, em Pernambuco, já completa dez anos desde o seu surgimento.

Assim, como objetivo geral tem-se; analisar como os estudantes e egressos do Ensino Médio da Rede Estadual de Pernambuco avaliam o tempo integral e a proposta de formação nas escolas vinculadas ao Programa de Educação Integral. Já como objetivos específicos tem: refletir sobre as definições oficiais em torno do tempo integral nas escolas de Ensino Médio; analisar as concepções de formação de jovens presentes na implementação do tempo integral no Ensino Médio; e por fim, refletir sobre a avaliação que os estudantes e egressos fazem da educação (em tempo) integral no ensino médio.

Com base nos pontos apresentados, este plano de trabalho procura responder ao seguinte problema de pesquisa: como os estudantes e egressos do Ensino Médio da Rede Estadual de Pernambuco avaliam o tempo integral e a proposta de formação nas escolas vinculadas ao Programa de Educação Integral?

METODOLOGIA

Como referencial teórico-metodológico da pesquisa, temos a caracterização da mesma como avaliação da implementação de políticas públicas, em um contexto em que a “função avaliação” na gestão governamental vem crescendo nas democracias



ocidentais e na América Latina (Faria 2005). Consideramos, no entanto, assim como Gramsci (2000, p. 122), que “[...] é possível prever “cientificamente” apenas a luta, mas não os momentos concretos dela, que não podem deixar de ser resultados de forças contrastantes em contínuo movimento, sempre irreduzíveis a quantidades fixas, já que nelas a quantidade transforma-se continuamente em qualidade”.

Do ponto de vista metodológico, realizamos uma “avaliação de processos”, com vistas a avaliar o grau de adequação entre os meios utilizados na implementação e os objetivos definidos na etapa de formulação.

Assim, Foram aplicados 67 questionários com alunos e egressos da rede estadual de educação de Pernambuco. A análise dos questionários será realizada através de análise de conteúdo (Bardin, 2002). Para participar da pesquisa os alunos tiveram que declarar que estavam cientes e que poderia utilizar os dados coletados em pesquisas acadêmicas.

A partir desse referencial, o nosso estudo se dará através de análise documental e da aplicação de questionários com os jovens participantes do projeto. O levantamento documental será feito através dos sites oficiais da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco, bem como dos sites das entidades parceiras.

REFERENCIAL TEÓRICO

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

A Reforma do Ensino Médio, sancionada no ano de 2017, levantou uma série de bandeiras, como o retorno do ensino técnico, buscando impulsionar a educação voltada para o mercado, e a educação em tempo integral. Esta última, tem dividido opiniões entre pais e alunos, muito embora, tenha ocorrido um aumento no percentual de matrículas entre 2018 e 2019, sendo as escolas públicas as principais responsáveis por essa ampliação (Ferreira, 2019).



Sobre tal formato de ensino, Ferreira (2019) expõe que, antes da Reforma do Ensino Médio, o ensino (de maneira geral) possuía uma carga horária de 4 horas diárias, totalizando 800 horas anuais, porém, se buscou ampliar esse período em que os alunos permanecem nas escolas, passando-o para 7 horas diárias e resultando em 1.400 anuais.

A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

A ampliação da jornada escolar no Brasil é um assunto muito discutido, mas de fato previsto como políticas públicas a partir da década de 1990 no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8069/1990; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9394/1996; no “Plano Nacional de Educação (PNE)”, Lei 10.172 / 2001, no “Programa Nacional de Ampliação da Jornada Escolar”, Decreto n. 7.083 / 2010, denominado Mais Educação.

A educação integral deve fornecer a todos os alunos os conhecimentos e habilidades básicos necessários para funcionar na vida. Inclui aspectos educacionais e educacionais. Intelectuais, físicos, artísticos, sociais ou emocionais, entre outras dimensões, são os responsáveis pela abrangência da educação abrangente. É um tipo de educação ministrada na escola ou em instituições de ensino, em atividades extracurriculares e no cotidiano.

A sociedade deve permitir que todas as pessoas tenham uma educação integral baseada no diálogo, no uso responsável da liberdade, na descoberta e no desenvolvimento das habilidades que temos, na autonomia como capacidade de auto-regulação de cada um de nós, no Empatia com outras pessoas e, em última análise, o interesse delas é tornar-se cidadão com sentimentos equilibrados e com a possibilidade de desenvolver nossas habilidades.

A educação integral contempla a totalidade das funções humanas, pelo que é um conceito que não pode ser deixado de lado. É uma preocupação em três campos: conhecimento, comportamento e vontade. O escopo do conhecimento refere-se à instrução, ou seja, abrange o conhecimento que uma pessoa educada deve adquirir para se defender e entender seu ambiente.



O comportamento do indivíduo deve ser trabalhado desde a infância e está relacionado à escala de valores de cada um. Cada pessoa deve ter confiança e segurança suficientes para poder controlar suas ações, entendê-las e respeitar outras pessoas. A vontade é a faculdade que cada um de nós tem de ordenar nossa conduta e nossas ações.

Assim:

Podrá ser completa la emancipación de las masas obreras mientras reciban una instrucción inferior a la de los burgueses? (...) se entiende ahora por qué los socialistas burgueses no pidem más que instrucción para el pueblo, (...) y por qué nosotros, demócratas socialistas, pedimos para el pueblo instrucción integral, toda la instrucción, tan completa como lo requiere la fuerza intelectual del siglo (grifos do autor; págs. 29-30)

No novo Plano Nacional de Educação 2011-2020, que atualmente se encontra em discussão completa, o objetivo do número seis é proporcionar educação em tempo integral em cinquenta por cento das escolas públicas de Educação Básica a partir da implementação de seis estratégias, das quais destacamos três que, se efetivamente serão colocados em ação, muito contribuirá para o melhoramento da qualidade da educação no Brasil:

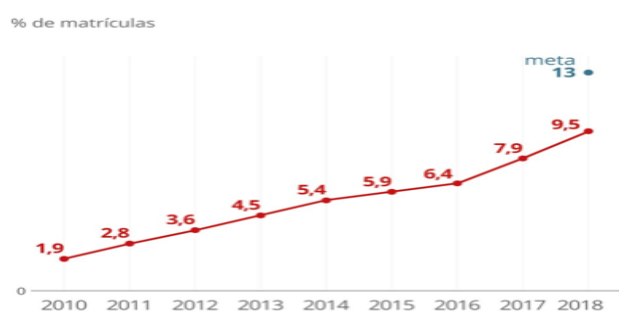
- 1) ampliar gradualmente o alcance do programa nacional de ampliação da jornada escolar, utilizando meios de ofertas da educação básica pública em tempo integral, de forma que o tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens na escola passe a ser igual ou melhor que sete horas diárias durante todo o ano letivo;
- 2) Institucionalizar e manter, em regime de cooperação, programas nacionais de ampliação e reorganização de escolas públicas, utilizando meios de instalação de complexos centros esportivos, laboratórios, bibliotecas, audiências, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como de produção de material didático e treinamento de recursos humanos para a educação em tempo integral;



3) Promover a articulação da escola com os díspares espaços educacionais e equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros e filmes.

A figura abaixo demonstra a intenção de matrícula até o ano de 2018 em escolas integrais do ensino Médio no Brasil:

Figura 1 – percentual de matrícula em escola de ensino médio integral no Brasil



Fonte: Brasil (2017)

Uma base escapa à maioria dessas propostas que podem comprometer todo o projeto: permanecer por mais tempo na escola é consequência e não razão do projeto de escolas de período integral. A escola é de período integral, pois exige mais tempo (e mais espaço) para ampliar a escolaridade e alcançar níveis crescentes de treinamento (corporal, psicológico, social, cultural, científico, estético, político ...). Sem essa perspectiva, corre-se o risco de preencher o tempo estendido em uma direção utilitária ou lúdica, sem outra relação com a formação integral.

Assim:

Educação integral. Ação educacional que envolve diversas e abrangentes dimensões da formação dos indivíduos. Quando associada à educação não-intencional, diz respeito aos processos socializadores e formadores amplos que são praticados por todas as sociedades, por meio do conjunto de seus atores e ações, sendo uma decorrência necessária da convivência entre adultos e crianças. [...] Quando referida à educação escolar, apresenta o sentido de relação entre a ação intencional da instituição escolar e a vida no sentido amplo (CAVALIERE, 2010, p. 34).



Não se trata apenas de um simples aumento do que já é oferecido, e de um aumento quantitativo e qualitativo. Valor por considerar um número maior de horas, onde os espaços e as atividades propiciadas têm caráter intencionalmente educacional. Qualitativa E, porque essas horas, não apenas as horas adicionais, mas todo o período escolar são uma chance para que os conteúdos propostos sejam re-significados, revestidos de característica exploratória e existencial, realizados para todos os envolvidos na relação ensino-aprendizagem (GONÇALVES, 2006, p. 132).

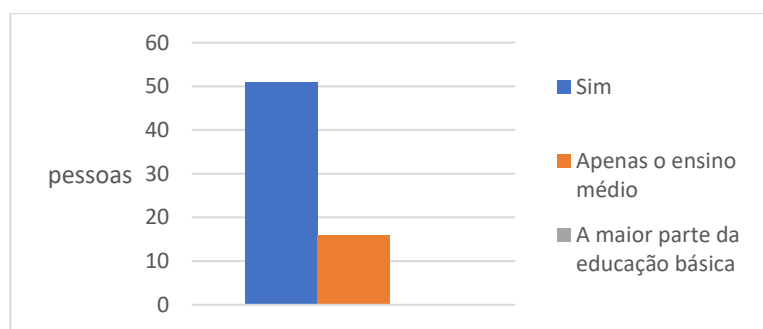
A educação integral vai além da sala de aula, invadindo a área da assistência social. A autora Maria Helena Guimarães de Castro (2006, p. 82) afirma que:

[...] é impossível desenvolver a educação integral sem articulá-la com a saúde, a assistência social, o esporte, a cultura, as políticas de formação profissional e geração de renda. E para isso é preciso fortalecer as redes de interação entre as políticas sociais. Também parece fundamental entender as dinâmicas familiares. A pobreza e o desemprego, que caracterizam as periferias urbanas afetam profundamente as relações sociais e familiares e, também, o desempenho escolar. Muitas vezes a escola preocupa-se apenas em cumprir rituais, ignorando os problemas presentes num determinado contexto social. (CASTRO, 2006, p. 82)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente tópico demonstrará os resultados da presente pesquisa. A primeira pergunta é relacionada se o aluno cursou o ensino fundamental em escola pública, conforme pode ser visto no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – ensino fundamental em escola pública



Fonte: dados da pesquisa



A partir dos dados da pesquisa percebe-se que a maioria dos respondentes (51) estudaram todo o seu ensino fundamental em escola pública, e apenas 16 estudaram apenas o Ensino Médio. Demonstrando assim, que os sujeitos escolhidos para tal pesquisa têm um bom conhecimento referente a temática.

Coelho (1997) em seu trabalho afirma que a quantidade e a qualidade necessitam caminharem juntos de modo equilibrado, sendo a condição para o desenvolvimento da qualidade emancipadora primordial nesta relação temporal.

Já em relação a segunda questão, que é referente ao suporte da escola para o Exame Nacional do Ensino Médio e outros vestibulares. A partir de tal questionamento, percebe-se que 23 alunos concordam totalmente – número 10 na escala. Enquanto que apenas 1 estudante escolheu o número 4, que é o mais próximo do discordo. A imagem abaixo demonstra algumas atividades das escolas integrais do ensino médio do Pernambuco para o ENEM, como aulões, reforço escolar, contra turno para revisão, entre outras atividades:



A terceira questão desse bloco é relacionado a educação integral e a aprendizagem, no caso, se a aprendizagem era melhor. Nesse caso, percebe-se que a maioria dos respondentes (67), concordaram totalmente com a afirmação estava entre o hiato das opções 8 a 10. Segundo o MEC (2009) a educação Integral exige muito mais do que compromissos: é imperativo que exista um bom projeto pedagógico e consequentemente a formação de seus agentes, infraestrutura e que traga consigo os meios para sua implantação. Logo, tal educação será o resultado dessas condições de partida e de tudo aquilo que tinha sido criado e constituído em cada escola, sempre com a participação dos educadores, educandos e das comunidades onde estes últimos vivem.



Assim, irá contribuir no processo de ampliação dos tempos e dos espaços de formação das crianças e adolescentes uma vez que o acesso à educação pública seja complementado pelos processos de permanência e aprendizagem.

Já o próximo questionamento era se os professores estavam preparados para trabalhar na perspectiva supracitada. Assim, 46 alunos responderam mais próximo da opção 10 (entre 8- 10), demonstrando assim, que os professores estão preparados para poder auxiliarem no processo de ensino e aprendizagem. Para Gonçalves (2007), a educação integral na perspectiva do tempo integral almeja sentir os discentes, os docentes e a dimensão do conhecimento em suas integralidades, com a visão de que o termo educação integral remete, também, à dimensão quantitativa e qualitativa do tempo de permanência do aluno e da aluna na escola.

Já o outro tópico que foi questionado foi em relação ao currículo das disciplinas, “O currículo do ensino médio está preparado para o tempo integral na escola que estudou (estuda)?”. Os alunos responderam mais próximo do concordam totalmente em sua maioria. O currículo pode ser considerado um artefato social e cultural atuante na transmissão de determinações sociais, políticas e epistemológicas. Tendo uma história vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação, produz identidades individuais e sociais próprias do seu enredamento com o poder (ASSUNÇÃO, 2019).

Por fim, a última questão foi “A estrutura física da escola de ensino médio que você estuda (estudou) está adequada para a educação em tempo integral?”. Assim, a maioria dos alunos responderam que não. Logo, uma escola para ter tempo integral tem que está preparada para poder receber os alunos em sua totalidade.

Por fim, a última questão foi relacionada a estrutura da escola, a maioria ficou no meio termo, nem concordou nem discordou, abaixo será demonstrada a estrutura de algumas escolas:

Figura 3- Laboratório.

Figura 5 – Muro da Escola.



Fonte: Governo de Pernambuco

Em suma, para que seja uma boa escola integral e não torne-se algo cansativo para os alunos tem que sempre está buscando melhorar a qualidade dos professores e a sua infraestrutura. Logo, isso requer um enorme investimento por parte do governo, quer seja federal, estadual ou municipal. Uma vez que a antiga estrutura não irá comportar as novas atividades que já foram aqui descritas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi estudado e discutido no perdurar do trabalho percebe-se que a educação em tempo integral tem melhorado cada dia mais no estado de Pernambuco. Uma vez que, a ideia inicial era apenas ter um contra turno e atualmente tais jovens possuem outras atividades para fazerem na sala de aula.

Mas, é indispensável ressaltar que ao se falar sobre educação integral, acabamos falando sobre o tempo integral na escola. Ou seja, com o tempo escolar expandido, é possível pensar em uma educação que conglomerar tanto a formação e informação e que abranja outras atividades. Não apenas aquelas que são conhecidas popularmente como atividades escolares, mas que sempre busque utilizar algo para a constituição da cidadania forma partícipe e responsável. A partir do que foi demonstrado pelos entrevistados, de forma geral a implementação da escola em tempo integral para o ensino médio no estado aqui estudado tem sido de grande valia, uma vez que, prepara os jovens para as provas do ENEM. Além de possuir uma estrutura adequada para recebê-los.



Desta forma, podemos observar que a cada vez mais, os alunos terão oportunidade de tornar-se pessoas melhores e conseqüentemente mais capacitadas para enfrentar melhor a sua vida, tendo a oportunidade de serem cidadãos competentes. Todavia, para que tal proposta seja considerado eficiente é indispensável para que seja implantado tal programa uma gama de investimentos, principalmente no que tange a infraestrutura das escolas, concomitantemente na formação e remuneração daqueles profissionais da educação que se propõe a trabalharem integralmente. Ao se analisar todo o processo de fundação da Escola de Tempo Integral, ficou nítido a necessidade de uma constituição coletiva em torno da concepção de educação que viabilize novas práticas, superando a ideia de assistencialismo que é muito atribuído ao Projeto.

Desta forma, é indispensável que estejamos livres daquela ideia que a escola é a solução para todos os males sociais, ela pode auxiliar a minimizar mas não extinguir. Assim, a educação integral possui o desafio de versar o conhecimento de uma forma multidimensional, implicando em uma integração e a contextualização dos saberes. É imperativo que seja construída uma escola mais justa, democrática, socializadora, e que sempre esteja atenta às mutações e conseqüentemente aos novos saberes. Portanto, acaba incluindo a ampliação do seu tempo, e isso acaba fortalecendo a escola com um local que tem como pedra angular o pleno desenvolvimento de todas as crianças e jovens. Além disso, a partir do momento que foi criada a educação integral e inserida nas escolas brasileiras foi imprescindível que houvesse uma adaptação tanto na estrutura da escola, como na equipe que trabalha na escola, desde dos pedagogos ao psicólogo. Uma vez que a partir desse momento as crianças terão outras atividades, sejam lúdicas ou não.

Desta forma, é indispensável que seja feita uma discussão sobre a educação em tempo integral e conseqüentemente como deve ser operacionalizada. Entretanto, o escopo dessa escola é sempre buscar auxiliar no processo de aprendizado dos educandos, independente de como isso será feito.

Em suma, a educação integral serve para inserir as pessoas que moram em locais precários em um universo novo. No qual, podem passar o dia inteiro na escola com diversas atividades lúdicas que irão auxiliar no seu processo de aquisição do conhecimento. Logo, nesse processo as crianças saem das ruas e vão para a escola.



Nela, as crianças além do currículo escolar básico, terão outros aprendizados, como balé, xadrez ou natação.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 2006.

BRASIL. **Lei n. 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**– Conversão da Medida Provisória n. 746/2016. Brasília – DF, 2017b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm , acesso em agosto de 2017.

BRASIL. **Medida Provisória n. 746 de 22 de setembro de 2016**– Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm , acesso em agosto de 2017.

BRASIL. **Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014**– Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília – DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm , acesso em agosto de 2017.

CASTRO, M. H. de. **Tecendo redes para educação integral. In: Seminário nacional tecendo redes para educação integral**. São Paulo: Cenpec/Ação Educativa, 2006.

COELHO, L.M.C.C. Escola pública de horário integral: um tempo (fundamental) para o ensino fundamental. In: ABRAMOVICZ, A.; MOLL, J. **Para além do fracasso escolar**. Campinas: Papirus, 1997. p. 191-208.

FARIA, C. A. P. A Política da Avaliação de Políticas Públicas. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 20, n. 59, outubro/ 2005, pp. 97 a 109. Disponível em: <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper44.pdf> , acesso em agosto de 2017.

FERREIRA, Paula. Bandeiras da Reforma do Ensino Médio, ensino integral e educação profissional crescem na etapa, 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/bandeiras-da-reforma-do-ensino-medio-ensino-integral-educacao-profissional-crescem-na-etapa-23415040>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

GONÇALVES, Antonio Sérgio. PETRIS, Liliane. **Escola de tempo integral - a construção de uma proposta**. 2006. Disponível em: <http://www.nexusassessoria.com.br/downloads/ETI_a_construcao_de_uma_proposta.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** , volume 1/ Antonio Gramsci. Edição e tradução, COUTINHO, Carlos Nelson. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2000.



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO: MEC poderá ter US\$ 250 milhões do Bird para Novo Ensino Médio e Escolas de Tempo Integral. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36114>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

SILVA, Katharine Ninive Pinto/ A educação integral no ensino médio brasileiro – proteção integral ou formação humana? **Cadernos GPOSSHE On-line**, v. 1, n. 1, 2018.

SILVA, Katharine Ninive Pinto. SILVA, Jamerson Antônio de Almeida. Política de Avaliação e Programa de Educação Integral no Ensino Médio da Rede Estadual de Pernambuco: os limites da centralidade da avaliação nas políticas educacionais. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, p. 736-756, v. 11, no. 3, set/dez. 2016.

TARTUCE, Gisela Lobo; MORICONI, Gabriela Miranda; DAVIS, Claudia L. F.; NUNES, Mariana M. R. Desafios do Ensino Médio no Brasil: iniciativas das secretarias de educação. *Cadernos de Pesquisa*. v. 48, no. 168. São Paulo, abr/jun 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742018000200478&lng=pt&tlng=pt>>. Acesso em: 10 abr. 2019.